6ª Controladoria Técnica

INSTRUÇÃO TÉCNICA CONCLUSIVA ITC 583/2010

PROCESSO: 1961/2009
ENTIDADE: Prefeitura Municipal de Conceição da Barra
EXERCÍCIO: 2008
AGENTE RESPONSÁVEL: Manoel Pereira da Fonseca
CONSELHEIRO RELATOR: Sebastião Carlos Ranna de Macedo
VENCIMENTO DAS CONTAS: 31/03/2010

Cuidam os presentes autos da **Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Conceição da Barra**, relativa ao **exercício de 2008**, sob a responsabilidade do **Sr. Manoel Pereira da Fonseca**.

Conforme determinação às folhas 2111, procede-se à análise técnica das peças/justificativas remetidas a esta Corte de Contas em resposta ao Termo de Notificação nº 1615/2009, de 12/08/2009, em nome do Sr. Jorge Duffles Andrade Donati, responsável pelo exercício de 2009 e Termo de Citação nº 0386/2009, de 12/08/09, em nome do Sr. Manoel Pereira da Fonseca, responsável pelo exercício de 2008.

Os documentos referentes aos Termos de Notificação foram enviados por intermédio do Ofício OF/PMCB/GP/Nº 264/09, assinado pelo atual Prefeito Municipal, Sr. Jorge Duffles Andrade Donati, protocolizado em 18/09/09, sob nº 010077.

O Sr. Manoel Pereira da Fonseca, responsável pelo exercício de 2008 não encaminhou as justificativas referentes ao Termo de Citação nº 0386/2009, de 12/08/09.

Decidiu o Plenário deste Tribunal de Contas, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, considerar Revel o Sr. Manoel Pereira da Fonseca, conforme Decisão TC – 6597/2009.

Mediante o exposto, segue a Instrução Técnica Conclusiva da Prefeitura Municipal de Conceição da Barra, no exercício de 2008, baseada nas impropriedades apontadas no Relatório Técnico Contábil nº 140/2009.

1. DA NOTIFICAÇÃO

O Sr. Jorge Duffles Andrade Donati, notificado para apresentar os documentos sobre os fatos referentes à Prestação de Contas do exercício em análise, providenciou as seguintes peças (fls. 1442/1958):

1.1. Ausência dos extratos bancários dos meses subsequentes, em que ocorreram as regularizações dos valores dos débitos e créditos constantes das conciliações, das seguintes contas (item 1.1.2 a do RTC 140/2009)

Dos fatos:

Constatou-se, na análise inicial, ausência dos extratos bancários dos meses em que ocorreram as regularizações dos valores pendentes, constantes da conciliação do encerramento do exercício, das seguintes contas:

BANCOS	CÓDIGO	CONTAS	TOTAL LANÇADO	FLS.
BANESTES	2008	5.503.123	37.183,50	343
BANESTES	3024	5.503.123	36.115,50	348
BANESTES	3030	7.187.941	53.832,32	408
CEF	2407	06.0037-6	16.826,08	869
B.BRASIL	3275	190.008-0	12.521,48	659

Das peças:

O agente responsável encaminhou extratos bancários dos meses em que ocorreram regularizações de valores pendentes, bem como justificativas acerca do motivo da não compensação de alguns cheques (fls. 1442/1483).

Da análise:

Após análise da documentação apresentada, verificou-se que o defendente cumpriu o que determina o art. 127, III, "d", e parágrafo 1º, da Resolução TC nº 182/02, **atendendo este item da notificação.**

1.2. Ausência da conciliação dos saldos bancários e os respectivos extratos do encerramento do exercício, inclusive das contas com saldo contábil e bancário igual a zero, das seguintes contas e bancos (item 1.1.2 b do RTC 140/2009)

Dos fatos:

Constatou-se, na análise inicial, ausência da conciliação e os respectivos extratos bancários do encerramento do exercício, das seguintes contas:

BANCOS	CÓDIGOS	CONTA	SLD.CONTÁBIL	FLS.
BB ETI -BOLSA	4258	23108-8	R\$ 150,00	335
* B.BRASIL	4309	5489-5	R\$ 0,00	809

* B.BRASIL	4311	5491-7	R\$ 0,00	631
* B.BRASIL	4298	126.564-4	R\$ 0,00	607
* CEF	4439	647003-0	R\$ 0,00	852
* CEF	3455	6.0022-8	R\$ 1.237,60	975
* CEF	3413	6.0060-0	R\$ 3.138,22	830
* BANESTES	3045	8.328.163	R\$ 0,00	464
* BANESTES	3036	8.325.755	R\$ 0,00	362

* Apenas o Extrato Bancário do mês de dezembro 2008.

Das peças:

Foram encaminhados extratos e conciliações bancárias do mês de dezembro/2008 (fls. 1484/1554).

Da análise:

Após análise da documentação apresentada, verificou-se que o defendente cumpriu o que determina o art. 127, III, "c", da Resolução TC nº 182/02, **atendendo este item da notificação.**

1.3. Ausência da declaração de que foi realizado o inventário anual dos bens patrimoniais, evidenciando-se de forma detalhada as incorporações, baixas e possíveis divergências, indicando o setor e as pessoas designadas para a elaboração do referido inventário (item 1.1.2.c do RTC 140/2009)

Dos fatos:

Na análise inicial foi constatada que na Declaração constante às fls. 1318 dos autos não havia registro das incorporações e das possíveis baixas realizadas no exercício em análise.

Das peças:

O gestor encaminhou relatórios intitulados "Balanço Patrimonial Bens Imóveis" (fls. 1558/1570) e "Balanço Patrimonial Bens Móveis" (fls. 1571/1796).

Da análise:

Verificamos que os valores totais dos bens móveis e imóveis apresentados nos relatórios conferem com os contabilizados pela Prefeitura e Instituto de Previdência, conforme apontado na análise do Balanço Patrimonial no RTC 140/09:

Bens Móveis	Prefeitura e PREVICOB	5.893.401,88
	Acervo Bibliográfico	36.074,46
	Total	5.929.476,34

Bens Imóveis	Prefeitura	5.001.721,54
	Terreno Prefeitura	5.000,00
	Total	5.006.721,54

Atendido este item da notificação.

1.4. Ausência do demonstrativo mensal das obrigações patronais incidentes sobre a folha de pagamento dos profissionais do magistério em efeito exercício de suas atividades no ensino infantil e no ensino fundamental, evidenciando a natureza e os valores empenhados, liquidados e pagos (item 1.1.2.d do RTC 140/2009)

Dos fatos:

Constatou-se que não foi encaminhado na Prestação de Contas Anual o referido demonstrativo.

Das peças:

Foram encaminhados os seguintes documentos: planilha das obrigações patronais incidentes sobre a folha de pagamento dos profissionais do magistério de janeiro a dezembro/2008; relatório de empenhos e seus movimentos das obrigações patronais incidentes sobre a folha de pagamento dos profissionais do magistério de janeiro a dezembro/2008; e resumo geral da folha de pagamento dos profissionais do magistério de janeiro a dezembro/2008 (fls. 1798/1958).

Da análise:

Após análise da documentação apresentada, verificou-se que o defendente cumpriu o que determina o art. 127, XVII, da Resolução TC nº 182/02 (redação dada pela Instrução Normativa nº 004-TCEES), **atendendo este item da notificação.**

2. DA CITAÇÃO

O Sr. Manoel Pereira da Fonseca, não apresentou as justificativas sobre os fatos referentes à Prestação de Contas do exercício em análise, sendo considerado Revel, conforme Decisão TC – 6597/2009, cujas divergências foram mantidas em conformidade com o Relatório Técnico Contábil nº 140/2009, abaixo discriminadas:

2.1. Divergência entre a Relação de Créditos Adicionais e o Balanço Orçamentário quanto aos créditos abertos por Excesso de Arrecadação (item 1.2.a do RTC nº 140/09)

Dos fatos:

Verificou-se, na análise do Balanço Orçamentário, Excesso de Arrecadação no exercício no montante de R\$2.525.591,34. No entanto, o valor total dos Créditos Suplementares por Excesso de Arrecadação foi de R\$8.402.330,00, implicando uma diferença de R\$5.876.738,66, conforme quadro a seguir:

Título	Total Decretos	Apurado	Diferença
Crédito Suplementar	R\$ 8.402.330,00	R\$ 2.525.591,34	R\$ 5.876.738,66

2.2. Conciliação bancária da conta 119.878-5 do Banco do Brasil divergente do Demonstrativo Financeiro de Bancos (item 1.3.a do RTC nº 140/09)

Dos fatos:

Na análise inicial, verificou-se a seguinte divergência:

BANCO	CONTA	CONC.BANC.	FLS.	DEM. FIN. BANCOS	FLS.	DIF.
BRASIL	119.878-5	0,00	734	50,00 fl. 335	334	50,00

2.3. Divergência entre o valor dos Extratos Bancários e os valores registrados na Conciliação Bancária (item 1.3.b do RTC nº 140/09)

Dos fatos:

Na análise inicial, verificaram-se as seguintes divergências:

BANCOS	CONTAS	CONC. BANC.	FLS.	EXTRATOS BANC.	FLS.	DIVERG.
BANESTES	5.503.123	6.322,75	343	5.869,44	347 VERSO	453,31
B.BRASIL	123.111-1	61,97	581	0,00	582	61,97
B.BRASIL	158.060-4	0,03	557	0,00	558	0,03

2.4. Divergência entre o valor total dos Restos a Pagar inscritos no Balanço Financeiro Consolidado e o apurado nas relações de Restos a Pagar 2008 (item 1.3.c do RTC nº 140/09)

Dos fatos:

Verificou-se que o valor total dos Restos a Pagar Inscritos registrados no Balanço Financeiro – Consolidado, fls. 202 (R\$ 1.557.853,22), está divergente

do valor total das Relações de Restos a Pagar – Processados e Não Processados do exercício de 2008, folhas 225 a 228 , destes autos, (R\$ 1.195.033,38) e folhas 34, do processo TCEES nº 1841/2009 – PCA-2008 do PREVICOB (R\$ 14.825,60) totalizando a quantia de R\$ 1.209.858,98, conforme quadro abaixo:

Conta	Bal.Fin.-Consolid.	Relações RP-2008	Divergência
Restos a Pagar	R\$ 1.557.853,22	R\$ 1.209.858,98	R\$ 347.994,24

2.5. Divergência quanto aos valores de Restos a Pagar apurados nas Relações respectivas e o valor registrado no Balanço Patrimonial (item 1.4.a do RTC nº 140/09)

Dos fatos:

Na análise inicial constatou-se que o valor total das Relações de Restos a Pagar, folhas 223 a 228 destes autos (1.203.864,03) e folhas 33 e 34, do processo TCEES nº 1841/2009 – PREVICOB – PCA 2008 (R\$ 14.825,60), totalizando a importância de R\$ 1.218.689,63, está divergente do valor registrado no Balanço Patrimonial – Consolidado, R\$ 1.566.707,07, conforme quadro abaixo:

Título	Bal.Patr. fls. 204	Rel.RP-Pref.e PREVICOB	Divergência
RESTOS A PAGAR	R\$ 1.566.707,07	R\$ 1.218.689,63	R\$ 348.017,44

2.6. Falta de clareza no registro de contas do Balanço Patrimonial (item 1.4.b do RTC nº 140/09)

Dos fatos:

Foram apresentadas contas no Ativo Realizável sem as devidas Notas Explicativas, sobre as quais devem ser esclarecidas suas origens, a saber:

- Despesas a RegularizarR\$ 4.403,10
- Responsabilidade FinanceiraR\$ 2.794.600,53

2.7. Ausência do devido registro de alienação de bens imóveis na DVP (item 1.5.a do RTC nº 140/09)

Dos fatos:

Verificou-se, na análise inicial, que no exercício de 2008 houve Alienações de Bens, no valor de R\$ 46.152,00, conforme Demonstração das Variações

Patrimoniais – Consolidado, folhas 210, destes autos. Entretanto, não foi registrada a respectiva Baixa dos Bens nesta Demonstração. Observou-se, ainda, que este registro deveria constar na Declaração de que foi realizado o Inventário de Bens Patrimoniais e também na Demonstração das Variações Patrimoniais.

2.8. Ausência de comprovação nos autos quanto à legalidade e motivação de cancelamento de Dívida Ativa (item 1.5.b do RTC nº 140/09)

Dos fatos:

Constatou-se, que houve cancelamento de Dívida Ativa no valor de R\$25.432,21 sem comprovação nos autos de sua legalidade e motivação.

2.9. Ausência de demonstração da(s) origem(s) do cancelamento de Dívidas Passivas (item 1.5.c do RTC nº 140/09)

Dos fatos:

Verificou-se que a Entidade realizou operações de Cancelamento de Dívidas Passivas, no valor de R\$ 1.463.036,14, sem demonstrar a(s) origem(s) do(s) valor(es).

2.10. Divergência entre o valor total de Restos a Pagar – exercício 2008 no anexo 17 e o apurado nas relações apresentadas (item 1.7.a do RTC nº 140/09)

Dos fatos:

Foi constatado na análise inicial que o valor total dos Restos a Pagar – Exercício de 2008 registrados na Demonstração da Dívida Flutuante - Consolidada de R\$ 1.543.050,82, folhas 213, destes autos, diverge dos valores das Relações de Restos a Pagar Processados e Não Processados do Exercício de 2008, folhas 225 a 229, destes autos (R\$ 1.195.033,38) e 34, do Proc. 1841/2009 – PCA PREVICOB, (R\$ 14.802,40), conforme quadro abaixo:

Título	Dem. Dívida Flutuante (fls. 213)	Rel. RP-2008 - Consolidada	Divergência
RESTOS A PAGAR	R\$ 1.543.050,82	R\$ 1.209.835,78	R\$ 333.215,04

2.11. Aplicação na Remuneração dos Profissionais do Magistério abaixo do Limite Constitucional (item 2.2.1 do RTC nº 140/09)**Dos fatos:**

Na análise inicial foi apurada uma aplicação de 56,88% da cota-parte recebida do FUNDEB na remuneração do magistério da educação básica, portanto, abaixo do estipulado na Constituição da República. Entretanto, ressaltou-se, que o percentual auferido teve como base apenas os resumos das folhas de pagamento, não sendo incluídas as obrigações patronais dos profissionais do magistério, uma vez que não foi encaminhado o demonstrativo mensal das obrigações patronais incidentes sobre a folha de pagamento conforme prevê a Resolução 182/02 deste Tribunal.

Da justificativa:

Não foram apresentadas justificativas para este item da citação. Entretanto, conforme item 1.4 deste relatório o gestor em resposta à notificação apresentou os seguintes documentos que servem de base para o cálculo da aplicação na remuneração dos profissionais do magistério: planilha das obrigações patronais incidentes sobre a folha de pagamento dos profissionais do magistério de janeiro a dezembro/2008; relatório de empenhos e seus movimentos das obrigações patronais incidentes sobre a folha de pagamento dos profissionais do magistério de janeiro a dezembro/2008; e resumo geral da folha de pagamento dos profissionais do magistério de janeiro a dezembro/2008 (fls. 1798/1958).

Da análise:

Analisando a documentação apresentada pelo gestor, verificamos que nos resumos das folhas de pagamento da Secretaria de Educação trazidas aos autos na defesa, assim como nas apresentadas anteriormente e analisadas na inicial, constam folhas de pagamento de profissionais cuja remuneração não deve ser incluída no percentual de 60% dos gastos com pessoal do magistério. Assim, refizemos os cálculos e apuramos uma aplicação de **54,83%** da cota-parte recebida do FUNDEB na remuneração do magistério da educação básica, conforme demonstrado abaixo:

Base de Cálculo – Receita Cota-Parte FUNDEB/2008	11.754.613,53
Valor mínimo a ser aplicado	7.052.768,12
Percentual mínimo a ser aplicado	60,00%
Valor efetivamente aplicado (alínea 12)	6.444.594,30
Percentual efetivamente aplicado	54,83%
<i>Valor que deixou de ser aplicado</i>	608.173,82

Deste modo, diante do exposto, **mantém-se a irregularidade.**

2.12. Aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino abaixo do Limite Constitucional (item 2.2.2 do RTC nº 140/09)

Dos fatos:

Na análise inicial foi constatado que o Município aplicou 17,85% das receitas de impostos em manutenção e desenvolvimento do ensino, não cumprido o preceito constitucional, conforme demonstrado a seguir:

Base de Cálculo – Receita Bruta de Impostos/2008	R\$ 32.314.148,89
DESCRIÇÃO APLICAÇÃO	ENSINO TOTAL
Valor mínimo a ser aplicado (alínea 14)	R\$ 8.078.537,22
Percentual mínimo a ser aplicado	25,00%
Valor efetivamente aplicado (alínea 15—alínea 24)	R\$ 5.767.189,95
Percentual efetivamente aplicado	17,85%

Fonte: RTC 140/09

Da justificativa:

Nenhum esclarecimento prestou o gestor sobre este item da citação.

Da análise:

Considerando-se a ausência de esclarecimentos do gestor, **mantém-se este item da citação.**

3. DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS

Extraíu-se do Relatório Técnico Contábil 140/2009 (fls. 1373/1391) que quanto aos Limites Constitucionais relativos aos Gastos com Pessoal e aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde as contas encontram-se regulares.

No entanto, verificou-se, conforme item 2.11 desta Instrução Técnica Contábil, o não cumprimento do Limite Constitucional da Remuneração com Profissionais do Magistério, expresso no art. 60, inc. XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República de 1988 (alterado pela Emenda Constitucional 53/2006), pois só aplicou efetivamente o valor de R\$ 6.444.594,30, correspondendo a 54,83%, deixando de aplicar o montante de R\$ 608.173,82.

Base de Cálculo – Receita Cota-Parte FUNDEB/2008	11.754.613,53
Valor mínimo a ser aplicado	7.052.768,12
Percentual mínimo a ser aplicado	60,00%
Valor efetivamente aplicado (alínea 12)	6.444.594,30
Percentual efetivamente aplicado	54,83%
<i>Valor que deixou de ser aplicado</i>	608.173,82

Verificou-se, também, conforme item 2.12 desta Instrução Técnica Contábil, o não cumprimento do Limite Constitucional de Gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, expresso no art. 212 da CF/88, pois só aplicou efetivamente o valor de R\$ 5.767.189,95, correspondendo a 17,85%, deixando de aplicar o montante de R\$ 2.311.347,27.

Base de Cálculo – Receita Bruta de Impostos/2008	32.314.148,89
DESCRIZAÇÃO APLICAÇÃO	ENSINO TOTAL
Valor mínimo a ser aplicado (alínea 14)	8.078.537,22
Percentual mínimo a ser aplicado	25,00%
Valor efetivamente aplicado (alínea 15—alínea 24)	5.767.189,95
Percentual efetivamente aplicado	17,85%
<i>Valor que deixou de ser aplicado</i>	2.311.347,27

4. RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Verificou-se no sistema LRFWeb, que o Poder Executivo não remeteu as informações referentes ao 3º quadrimestre, que abrange todo o período de 2008, infringindo o artigo 3º da Resolução TC nº 193/2003.

5. CONCLUSÃO

Examinada a Prestação de Contas, constante do presente processo, referente ao exercício de 2008, formalizada conforme disposições do art. 127 e incisos da Resolução TC nº 182/02 desta Corte de Contas e considerando o que preceitua a legislação pertinente sob o aspecto técnico-contábil, verifica-se que as demonstrações contábeis não representam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição orçamentária, financeira e patrimonial da Entidade conforme os seguintes itens:

- Divergência entre a Relação de Créditos Adicionais e o Balanço Orçamentário quanto aos créditos abertos por Excesso de Arrecadação

no valor de R\$ 5.876.738,66 – Infringência ao art. 43, § 1º, inciso III da Lei Federal 4.320/64.

- Conciliação bancária da conta 119.878-5 do Banco do Brasil divergente do Demonstrativo Financeiro de Bancos no valor de R\$ 50,00 – Infringência ao art. 85 da lei 4.320/64
- Divergência entre o valor dos Extratos Bancários e os valores registrados na Conciliação Bancária no valor de R\$ 515,31 - Infringência ao art. 85 da lei 4.320/64.
- Divergência entre o valor total dos Restos a Pagar inscritos no Balanço Financeiro Consolidado e o apurado nas relações de Restos a Pagar 2008 no valor de R\$ 347.994,24 – Infringência ao art. 103, parágrafo único da Lei Federal 4.320/64.
- Divergência quanto aos valores de Restos a Pagar apurados nas Relações respectivas e o valor registrado no Balanço Patrimonial no valor de R\$ 348.017,44 – Infringência ao art. 85, da Lei Federal 4.320/64.
- Falta de clareza no registro da conta Despesas a Regularizar no valor de R\$ 4.403,10 e da conta Responsabilidade Financeira no valor de R\$ 2.794.600,53 do Balanço Patrimonial – Infringência aos artigos 85e 89 da Lei Federal 4.320/64.
- Ausência do devido registro de alienação de bens imóveis na DVP no valor de R\$ 46.152,00 - Infringência ao art. 85 da lei 4.320/64.
- Ausência de comprovação nos autos quanto à legalidade e motivação de cancelamento de Dívida Ativa no valor de R\$ 25.432,21 – Infringência ao art. 1º, parágrafo 1º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.
- Ausência de demonstração da(s) origem(s) do cancelamento de Dívidas Passivas no valor de R\$ 1.463.036,14 – Infringência ao art. 85 da lei 4.320/64.
- Divergência entre o valor total de Restos a Pagar – exercício 2008 no anexo 17 e o apurado nas relações apresentadas no valor de R\$ 333.215,04 – Infringência ao art. 85 da Lei Federal 4.320/64
- Não aplicação em Remuneração dos Profissionais do Magistério no valor de R\$608.173,82 – Infringência: art. 60, inc. XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República de 1988 (alterado pela Emenda Constitucional 53/2006).

- Não aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino no valor de R\$2.311.347,27 - Infringência: art. 212 da Constituição da República de 1988.

Desta forma, sugerimos emissão de Parecer Prévio opinando pela **REJEIÇÃO** da Prestação de Contas da **Prefeitura Municipal de Conceição da Barra** relativa ao **exercício de 2008**, sob a responsabilidade do **Sr. Manoel Pereira da Fonseca**.

Em 05 de fevereiro de 2010.

Rejane Maria Luchi de Carvalho
Controladora de Recursos Públicos

Anexo I – Gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino